

cotidiano



Manifestantes fazem ato em Boa Vista contra a ação do governo federal e em apoio ao garimpo

Lalo de Almeida/Folhapress

Fuga de garimpeiros gera risco a outras áreas indígenas

Funai teme que os invasores de terra yanomami cheguem até povos isolados

Jéssica Maes

SÃO PAULO Nos últimos dias, fotos e vídeos registraram a fuga de garimpeiros da Terra Indígena Yanomami, após o anúncio de que as forças de segurança seriam mobilizadas para retirar os invasores. Ao mesmo tempo em que a desintrusão do território é essencial para resolver a crise humanitária que atinge a região, o destino dessas pessoas gera preocupação.

Um dos temores é que isso piore o quadro de invasão em outras áreas protegidas. "Com essa saída desenfreada, esses garimpeiros podem ser deslocados para outras terras indígenas, tanto aqui em Roraima, como a Raposa Serra do Sol, como para outros estados onde tem bas-

tante garimpo, como o Pará, na [Terra Indígena] Mundurucu e na Kayapó", disse Luciana Alberta Andrade, diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

A advogada do ISA (Instituto Socioambiental) Juliana de Paula Batista afirma que, para evitar que algo assim aconteça, é necessário que o governo estadual tenha um plano de ação para lidar com essas pessoas, mas que é inequívoco que elas precisam sair da TI.

"Essa tragédia que nós estamos vendo mostra porque os povos precisam ter usufruto exclusivo da terra e que aquele território é realmente necessário para garantir a segurança física e cultural deles", diz. Outra possibilidade é a de

que esses invasores acabem entrando em contato com povos isolados. Andrade explica que a equipe da Funai em campo tem monitorado essa movimentação porque mesmo dentro do território yanomami existem etnias que não têm contato com outras pessoas.

"Existem três regiões dentro da TI em que há confirmação de povos isolados, que nunca tiveram contato nem com os yanomamis", afirma ela, acrescentando que também já foram encontradas evidências de outras cinco povos isolados na região.

O principal foco de preocupação, neste caso, é que a aproximação dos garimpeiros possa levar patógenos para essas populações, que não têm imunidade contra muitas

doenças. Também existe o temor de que esse contato gere enfrentamentos entre os indígenas e os invasores.

"Por causa disso, qualquer contato com pessoas pode desencadear um genocídio", afirma Andrade.

O governo federal vem adotando uma política de não enfrentamento com os garimpeiros. Na segunda-feira (6), o ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou que essa postura evitaria que o uso da força "sem planejamento" piorasse a situação conflituosa entre os criminosos e os indígenas.

"Nós estamos na expectativa de que, quando do início das operações policiais coercitivas, 80% desse contingente de 15 mil pessoas tenham saído do território yanomami", afirmou Dino.

Ele destacou, ainda, que o principal alvo das investigações são os financiadores, os donos dos garimpos ilegais e aqueles que fazem lavagem de dinheiro. "Claro que temos os executores de crimes ambientais — estas pessoas estão sendo identificadas por imagens e serão alvo do inquérito policial", afirmou.

Nesta quarta (8), o ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, afirmou também que existe a preocupação de "não prejudicar inocentes" durante as ações.

Entre os crimes ambientais que, em tese, poderiam ser imputados aos invasores estão os de extração ilegal de minerais, impedir ou dificultar a regeneração natural da mata e causar poluição prejudicial à saúde humana ou à fauna. A lei que rege esse tipo de delito, porém, não tem penas altas: em geral, elas variam de seis meses a quatro anos de detenção e multa.

No caso dos financiadores, também poderiam se aplicar outras leis, como a de organização criminosa, que prevê reclusão de três a oito anos, além de multa.

"As pessoas que estão saindo da TI Yanomami são a ponta do iceberg, a última instância de um esquema de garimpo enorme, milionário, que é coordenado e financiado por empresários muito ricos", lembra Iami Gerbase, jornalista e ativista da organização de defesa dos direitos indígenas Survival International.

"O maquinário é muito caro, os aviões são muito caros, os helicópteros são muito caros. Por isso os garimpeiros estão pedindo ajuda para sair de lá, porque não têm condições de arcar com isso", aponta ela.

Segundo Dino, invasores pediram o apoio do governo federal para deixar a terra indígena. Eles alegam dificuldade para sair da região desde que a Aeronáutica passou a realizar o controle do espaço aéreo e proibiu que aeronaves utilizadas na atividade criminosa sobrevoassem o território. As medidas também fizeram com que o preço dos voos disparasse.

A advogada do ISA destaca que essa situação torna explícita a dimensão dessas operações de garimpo ilegal. "Se essas pessoas não têm condições financeiras de sair de lá, elas também não tinham como entrar".

Ela explica que essa situação envolve desde o garimpeiro profissional até o trabalhador que tem seus direitos explorados. "Isso tudo precisa ser investigado pelas forças de segurança para aferir a responsabilidade de cada um. Mas essas pessoas muitas vezes também estão submetidas a ciclos de exploração, de trabalho escravo, recebendo salário de fome", disse.

Batista aponta que para chegar até os donos do dinheiro vai ser preciso colher depoimentos e falar com essas pessoas que estão fugindo.

Grupo faz ato contra a ação do governo

Com bandeiras escritas "Roraima pede socorro", cerca de 200 garimpeiros, familiares e líderes do setor se manifestaram nesta quinta-feira (9) em Boa Vista contra o processo de desintrusão promovido pelo governo Lula (PT) na Terra Indígena Yanomami.

O protesto ocorreu no momento em que ministros do governo Lula estão em visita ao estado para verificar a crise social, sanitária e de segurança na região. Eles foram acompanhados dos comandantes das Forças Armadas.

O argumento principal dos organizadores é que "Roraima está sendo sufocada" pela ação do governo. Autointitulado coordenador do movimento Garimpo é Legal, o funcionário público Jailson Mesquita afirmou que os garimpeiros em área indígena estão tendo problemas pelo processo de desintrusão do governo federal.

Mulher é presa logo após ser submetida a aborto em São Paulo

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO Uma mulher de 40 anos foi presa em flagrante na manhã de quarta-feira (8) logo após ser submetida a um aborto em uma suposta clínica clandestina na região do Jardim Anália Franco, zona leste de São Paulo.

A Polícia Civil disse que ela estava grávida de dois meses. No Brasil, o aborto só é permitido em três situações: estupro, anencefalia do feto ou risco de vida para a mulher. Nos três casos, até a 22ª semana ele pode ser realizado nos serviços médicos especializados.

Nas demais situações, a interrupção da gravidez é consi-

derada crime, de acordo com o Código Penal, de 1940. A legislação estabelece que a mulher que provocou um aborto em si mesma pode ser condenada a pena de 1 a 3 anos de prisão.

Além da mulher, foram presos Nelson Takara Uchimura, apontado como responsável pelo aborto, e uma enfermeira. Na tarde desta quinta-feira (9), prisão em flagrante de Uchimura foi convertida em preventiva. A enfermeira que estava com ele teve concedida a liberdade provisória.

A reportagem tentou contato com o advogado Gildásio Marques Vilarim Junior, da defesa de Uchimura, por meio de ligação e mensagem de tex-

to, mas não recebeu resposta até a conclusão desta edição.

A mulher que se submeteu ao aborto pagou fiança de R\$ 4.500 e foi solta nesta quinta (9). A Polícia Civil diz que ela não apresentou advogado.

Segundo o delegado Milton Burguense de Oliveira, a polícia recebeu uma denúncia anônima de que abortos eram realizados na sala de um edifício comercial na avenida Vereador Abel Ferreira.

Com um mandado de busca e apreensão, uma equipe foi ao local na quarta. "Quando a gente ingressou na sala, para nossa surpresa, ocorreu o flagrante do momento exato da prática do aborto. A pes-

soa tinha acabado de realizar o aborto", disse Oliveira.

Ela foi presa em flagrante pelo crime de provocar aborto em si mesma ou consentir que outra pessoa o provoque.

Apontado pela polícia como responsável pelo local, Uchimura também acabou preso em flagrante por provocar aborto com o consentimento da gestante, crime que resulta em até quatro anos de prisão.

No site do Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo), consta que o registro profissional dele foi cassado em 2024.

Para não levantar suspeitas, segundo a polícia, os responsáveis pela suposta clí-

ca apresentavam o local como uma sala de acupuntura.

Uchimura já foi preso pelo crime de aborto antes. Em março do ano passado, ele foi detido em uma suposta clínica de aborto em Higienópolis, na região central, depois de uma denúncia anônima.

Inicialmente, segundo a polícia, a secretária do estabelecimento disse que ali funcionava uma clínica de acupuntura. Mas, na sala de espera, havia a acompanhante de uma jovem de 25 anos que disse que ela estaria ali para ser submetida a um aborto.

A polícia, então, entrou no consultório, onde se deparou com a jovem parcialmente

despida e sedada.

Depois, ao acordar da sedação, ela disse à polícia estar grávida há 16 semanas e que pagou R\$ 4.000, via Pix, a Uchimura, que supostamente faria o procedimento.

Três pessoas que estavam no local acabaram presas, entre elas quais a gestante.

Uchimura, por sua vez, afirmou à polícia que se submeteu a um procedimento de acupuntura e que desconhecia a prática de aborto.

À época, o delegado do caso, Percival de Moura Alcântara Júnior, disse que Uchimura tem passagens pela polícia desde os anos 1980 por exercício ilegal da medicina.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Música e poesia ajudaram a dar um tom à sua vida

LUIZ ALTINO FERREIRA SILVA CORRÊA (1942 - 2023)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Antes da pandemia de Covid-19, o paulista no Luiz Altino Ferreira Silva Corrêa realizou o sonho de

conhecer Paula Fernandes. Foi ao show acompanhado pela administradora de empresas Daniela Corrêa, 49, uma das filhas, entrou no camarim, ganhou um beijo da

cantora e tirou fotos.

A música, não especialmente a sertaneja, e a poesia ajudaram a dar um tom à sua vida. Vez ou outra escrevia poesias e tocava violino. Aprendeu com o pai, o professor de música Hercúlo da Silva Corrêa Júnior — mestre na arte do violino, violão, banjo e da flauta, lia partituras como ninguém e compunha canções e marchinhas.

Para a jornalista e escritora Paula Corrêa, 44, "Parabéns Você" a remete não só a aniversários, mas principalmente à lembrança de seu pai. Luiz Altino, quando a ensinou a tocar, lá no violino.

A história de amor com Pínteiros, na zona oeste de São Paulo, é outro fato marcante na vida de Luiz e de sua fa-

mília. Não se sabe se ele nasceu lá, mas é certo que morou desde criança e estudou, na Escola Godofredo Furtado.

A vida profissional de Luiz iniciou aos 12 anos, como atendente numa farmácia. O então jovem fez seguimento aos estudos. Deu administração em uma instituição em Santo André, no ABC, e dedicou-se ao aprendizado do inglês em casa, sozinho. O domínio da língua tornou-se necessário quando entrou para a indústria farmacêutica, onde atuou com exportação e importação até ser demitido.

Luiz tinha depressão, que piorou quando foi desligado do trabalho. Foram 25 anos atrás de médicos e tratamentos psiquiátricos. Nos últimos anos, recuperou-se.

Torcedor do São Paulo, gostava de futebol. Tinha o hábito de levar a filha, Paula, ao estádio sempre que possível. Bom de memória, gravava principalmente nomes e locais na cidade.

Era tímido, agradável e bonito. Os olhos verdes sempre arrebataram corações. Com a mulher, Edileuza Olympia Semeraro Corrêa, foi assim. Os dois se casaram em janeiro de 1971. Mesmo após a morte de Edileuza, em 2007, manteve no dedo a aliança como símbolo do amor e da

união do casal.

"Ele ensinava a generosidade de tomar generoso. Ensinava por exemplos, mas sem perder a sua essência. Meu pai foi um homem delicado e respeitador. Silencioso, mas extremamente preocupado com o outro. Foi pai e companheiro dos filhos", diz Paula.

Luiz morreu dia 13 de janeiro, aos 80 anos, após um infarto. Deixou os filhos Daniela, Maurício e Paula, os netos Sofia e Pedro, a afilhada Milena, a nora Flávia, além de sobrinhos e cunhados.

Marjorie Chan Arbitman

Carimônia de SHLOSHIM - Trigesimo dia, domingo dia 12 de fevereiro, às 11:30 horas, no Cemitério Israelita do Butantã - Setor O - Quadra 344 - Local 34

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3244-0000. Seg, a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com.br/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3244-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para a checagem das informações.